

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Procedimentos de auditoria são aqueles que representam

- (A) as avaliações que o auditor realiza para determinar a natureza, a extensão e a profundidade dos testes de auditoria.
- (B) o conjunto de técnicas que o auditor utiliza para colher as evidências sobre as informações das demonstrações financeiras.
- (C) as avaliações que o auditor realiza para determinar se os saldos das contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado estão superavaliados.
- (D) o conjunto de técnicas que o auditor utiliza para avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada, relacionado às contas contábeis.
- (E) as avaliações que o auditor realiza para planejar e executar a confirmação de saldos contábeis junto a terceiros.

2. O exame, pelo auditor, de documentos externos e internos com o objetivo de constatar a veracidade dos valores registrados na contabilidade da entidade, é um dos procedimentos de auditoria denominados de

- (A) Exame de superavaliação, por meio do qual o auditor parte do documento para conferir a composição do saldo do razão geral.
- (B) Contagem física de documentos, por meio do qual o auditor parte dos documentos para em seguida fazer a identificação dos bens declarados nas demonstrações financeiras.
- (C) Conferência de cálculo, por meio do qual o auditor verifica se os valores dos lançamentos contábeis foram corretamente calculados.
- (D) Confirmação com terceiros, por meio do qual o auditor deve confirmar junto a terceiros os valores indicados nos documentos e registrados na contabilidade da entidade.
- (E) Inspeção de documentos, por meio do qual o auditor avalia se os lançamentos contábeis estão devidamente suportados.

3. Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101 de 04/05/2000) sobre o limite da despesa com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, assinale a alternativa que indica **corretamente** o percentual da receita corrente líquida que a despesa total com pessoal do Município não poderá exceder

- (A) 49%
- (B) 50%
- (C) 54%
- (D) 60%
- (E) 70%

4. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que contém somente receitas públicas da categoria econômica e do tipo receitas correntes.

- (A) Receita tributária, de contribuições e de superávit orçamentário corrente.
- (B) Receita de serviço, receita patrimonial e receita proveniente de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas correntes.
- (C) Receita de atividade industrial ou agropecuária e receita provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívida.
- (D) Receita tributária, receita de serviços e receita proveniente da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (E) Receita de contribuições, receita patrimonial e receita proveniente de amortização de empréstimos anteriormente concedidos.

5. Além do critério de classificação institucional, as receitas públicas podem ser classificadas por outros critérios. Assinale a alternativa **correta** em relação aos demais critérios de classificação das receitas públicas.

- (A) Segundo sua natureza e funcional.
- (B) Segundo sua natureza e programático.
- (C) Funcional e programático.
- (D) Segundo sua natureza e quanto às fontes de recursos.
- (E) Funcional e segundo as fontes de recursos.

6. Na Administração Pública, orçamento-programa é aquele que

- (A) evidencia os graus de prioridade que foram dados aos programas de investimentos.
- (B) dá transparência ao que se pretende gastar ou comprar pelo relacionamento das receitas a arrecadar com as despesas de custeio programadas.
- (C) destaca as metas e objetivos que se propõe realizar por meio de um conjunto de programas para os quais devem ser definidos os objetivos a serem alcançados, os custos envolvidos e as fontes de recursos.
- (D) destaca o que se pretende realizar com os recursos provenientes das diversas fontes, pelo ato de restringir os gastos e as compras ao montante da receita estimada.
- (E) evidencia em primeiro lugar os recursos disponíveis por natureza e fonte de recursos e, em seguida, define a distribuição desses recursos na manutenção da rede de serviços públicos a que se propõe realizar por meio dos programas administrativos.



7. Identifique qual das alternativas constitui recursos (desde que não comprometidos) para a abertura de créditos suplementares e que devem ser incorporados ao orçamento, considerando o disposto na Lei 4.320/64.

- (A) O excesso de arrecadação desde que ajustado pelo déficit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para reforçar a dotação orçamentária quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.
- (B) Os créditos adicionais autorizados em lei para a cobertura de despesas urgentes e imprevistas, como nos casos de guerra ou calamidade pública.
- (C) O produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para a cobertura de despesas para as quais não exista dotação específica, como quando da criação de órgãos da administração pública.
- (D) O excesso de arrecadação ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para a cobertura de despesas urgentes e imprevistas, como em caso de guerra ou calamidade pública, ou para cobrir despesas para as quais não exista dotação específica ou ainda para reforçar a dotação orçamentária, quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.
- (E) O excesso de arrecadação ou o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias para reforçar a dotação orçamentária, quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.

8. Considerando a classificação das despesas públicas segundo a categoria econômica, uma concessão de empréstimo deverá ser classificada como uma

- (A) inversão financeira, no grupo das despesas de capital.
- (B) transferência corrente, no grupo das despesas correntes.
- (C) subvenção financeira, no grupo das despesas de correntes.
- (D) transferência de capital, no grupo das despesas de capital.
- (E) programação especial, no grupo das despesas correntes.

9. Identifique a alternativa **correta**, considerando o princípio orçamentário da universalidade para fins de elaboração do Orçamento Público e considerando o que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a concessão ou aplicação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

- (A) O orçamento deve compreender todas as receitas e despesas, sendo que a concessão ou aplicação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada da estimativa do impacto financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e, além disso, (I) - demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas, ou alternativamente, (II) - apresentar as medidas de compensação para o período mencionado (três exercícios), por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- (B) O orçamento deve ser elaborado por todas as pessoas jurídicas de direito público em cada esfera da administração, sendo obrigação do Legislativo conhecer, a priori, todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para a respectiva arrecadação e realização. Dessa forma, qualquer lei ou medida provisória que conceda ou amplie isenção, incentivos ou benefícios de natureza tributária e financeira e gere efeitos sobre a receita estimada, somente deve ser aprovada caso indique a estimativa de renúncia de receita que irá acarretar.
- (C) O orçamento deve ser de pleno acesso a qualquer interessado, ou seja, exige-se absoluta transparência e pleno acesso às informações acerca das ações dos dirigentes de órgãos e entidades públicas e pelo uso dos recursos, o que inclui a obrigatoriedade de evidência das renúncias de receitas decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (D) O orçamento deve ser elaborado e autorizado para execução em um determinado período de tempo, sendo que os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício que forem reabertos, deverão ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- (E) O orçamento deve utilizar rubricas de receitas e despesas pelos seus valores brutos, ou seja, sem deduções e sem compensações. Para tal, exige-se a estimativa das renúncias de receitas, permitindo determinar o montante "potencial" da arrecadação. Dessa forma, se justifica a contabilização simultânea das transferências como receitas e despesas de um órgão e de outro, mesmo que tais valores apenas "entrem" e "saiam", visto que as eliminações devem ser feitas somente no processo de consolidação dos demonstrativos.



10. Leia atentamente as alternativas concernentes aos tribunais de contas e assinale a **correta**.

- (A) O Tribunal de Contas, no Brasil, é órgão auxiliar do Poder Executivo.
- (B) O Tribunal de Contas é preposto do Poder Judiciário.
- (C) O Tribunal de Contas é órgão julgante, por excelência, cível e criminal.
- (D) Compete ao Tribunal de Contas, entre outras atribuições, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelos entes federativos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- (E) Cabe ao Tribunal de Contas apreciar, com definitividade, as contas dos administradores.

11. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo são nomeados

- (A) em comissão.
- (B) em caráter efetivo.
- (C) em caráter vitalício.
- (D) no regime de legislação trabalhista.
- (E) em caráter interino.

12. No controle externo municipal, ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo cabe assinalar prazo para que seja sanada ilegalidade constatada na conduta do órgão controlado. Nesse caso, não atendido tempestivamente,

- (A) deve oficiar à Câmara Municipal, solicitando a sustação do ato impugnado.
- (B) deve imediatamente recorrer ao Judiciário.
- (C) o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que, de imediato, solicitará ao Executivo as medidas cabíveis.
- (D) deve oficiar ao Prefeito Municipal, reiterando a correção do ato ilegal.
- (E) susta a execução do ato impugnado, comunicando tal decisão à Câmara Municipal.

13. Dentre os requisitos para a nomeação no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, é **INCORRETA** a exigência de

- (A) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (B) idoneidade moral e reputação ilibada.
- (C) mais de cinco anos de exercício de função ou de formação profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (D) mais de trinta e cinco anos, e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (E) aprovação da Câmara Municipal.

14. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- I. Os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno em resposta a consultas importam em prejulgamento do Tribunal em relação ao caso concreto invocado e não à tese firmada.
- II. A consulta encaminhada ao Tribunal de Contas poderá ser subscrita por qualquer agente político, independentemente de parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente.
- III. Os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno em resposta a consultas terão caráter normativo, importando em prejulgamento do Tribunal em relação à tese firmada, e não ao caso concreto eventualmente invocado.
- IV. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para formular representação ou denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal.
- V. Contra o acórdão que veicular o parecer emitido pelo Tribunal, em resposta à consulta formulada, caberá pedido de reexame, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da sua publicação.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmativas estão **incorretas**.
- (B) todas as afirmativas estão **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas I e II estão **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas III e IV estão **corretas**.
- (E) apenas as afirmativas II, III e IV estão **incorretas**.

15. De conformidade com a Lei Federal n. 8666/93, é dispensável a licitação

- (A) para a aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por produtor exclusivo.
- (B) para a contratação de perícias, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (C) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico.
- (E) para a contratação de associação de portadores de deficiência psíquica, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade.

16. Os serviços públicos que a Administração presta sem ter usuários determinados (uti universi), diferenciam-se daqueles prestados individualmente (uti singuli) porque

- (A) são divisíveis, ou seja, sua utilização é mensurável.
- (B) têm usuários determinados.
- (C) geram direito subjetivo à sua obtenção.
- (D) satisfazem indiscriminadamente a população.
- (E) são remunerados por meio de tarifa.



17. Admitindo-se a autorização, a permissão e a concessão de uso como instrumentos para a outorga ao particular do uso privativo dos bens públicos, leia as afirmações abaixo, de acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo:

- I. a autorização para uso privativo de bem público não pode ser outorgada por prazo determinado.
- II. a autorização para uso privativo de bem público pode ser outorgada por prazo até o máximo de 90 dias, exceto quando se destinar a formar canteiro de obra ou de serviço público, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra ou do serviço.
- III. a outorga de autorização para uso privativo de bem público exige prévia desafetação do bem a ser utilizado.
- IV. a permissão de uso de bem público será sempre por tempo indeterminado e formalizada por termo administrativo.
- V. é dispensada a licitação para a concessão de uso, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público ou entidades assistenciais ou filantrópicas ou quando houver interesse público ou social devidamente justificado.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmativas estão **incorretas**.
- (B) todas as afirmativas estão **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas II, IV e V estão **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas I, II e V estão **incorretas**.
- (E) apenas as afirmativas II, III e IV estão **incorretas**.

18. As organizações sociais são

- (A) órgãos pertencentes à Administração direta, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
- (B) são pessoas da Administração indireta, pois são organizações particulares que integram a estrutura governamental.
- (C) fundações de direito público, voltadas ao desenvolvimento de atividades sociais previstas na lei ou decreto que as cria.
- (D) uma nova forma societária ou uma modalidade especial de pessoa jurídica.
- (E) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que, preenchendo os requisitos legais, podem celebrar contratos de gestão com o poder público para a formação de parceria no fomento e execução de determinadas atividades.

19. José, após concurso regular, foi nomeado para o cargo de Engenheiro Municipal. Toma posse perante a autoridade competente, mas não entra em exercício no prazo legal. Diante dessa situação, a Administração deverá

- (A) demiti-lo.
- (B) instaurar processo administrativo por abandono de cargo.
- (C) tornar sem efeito a nomeação.
- (D) exonerá-lo.
- (E) prorrogar "ex officio" o prazo para entrar em exercício.

20. Quanto ao controle do ato administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O ato administrativo discricionário e o ato administrativo vinculado estão sujeitos ao controle judicial.
- (B) O administrado pode pleitear a revogação judicial do ato administrativo praticado pelo Poder Executivo.
- (C) Revogado o ato administrativo, seus efeitos operam-se retroativamente.
- (D) A declaração de nulidade do ato administrativo depende sempre de decisão judicial.
- (E) O ato discricionário é imune ao controle judicial.

21. Com relação ao serviço público, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O serviço público é sempre prestado pelo Estado.
- (B) Quando o serviço público é prestado por particulares ocorre uma transferência da titularidade do Estado para a iniciativa privada.
- (C) Serviço público é uma intervenção estatal no domínio econômico.
- (D) A posição doutrinária dominante é a que afirma a "morte do serviço público".
- (E) As únicas hipóteses de prestação de serviço público são aquelas apontadas no texto constitucional.

22. As alternativas abaixo apresentam atribuições do poder hierárquico da Administração Pública, exceto:

- (A) Anular atos ilegais praticados por órgãos inferiores.
- (B) Editar atos regulamentares.
- (C) Aplicar sanções disciplinares.
- (D) Avocar e/ou delegar atribuições.
- (E) Controlar as atividades dos órgãos subordinados.



23. Leia as afirmações seguintes para responder à questão.

- I. O pregão inicia sua fase externa com a convocação dos interessados através da publicação do respectivo edital com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- II. Pregão é modalidade de licitação em que há inversão das fases de classificação das propostas e habilitação dos licitantes.
- III. Pregão é modalidade de licitação em que, uma vez conhecidos os valores ofertados, são admitidos lances verbais e sucessivos a serem apresentados por qualquer um dos licitantes, até a proclamação do vencedor.
- IV. Em um pregão realizado pelo Estado pode haver a contratação do licitante classificado em segundo lugar nos preços, por ter sido inabilitado o licitante com o menor preço.
- V. O pregão é reservado à compra de bens de pequeno valor e alienação de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmações são **incorretas**.
- (B) todas as afirmações são **corretas**.
- (C) apenas as afirmações I, II e V são **corretas**.
- (D) apenas as afirmações I, III e V são **incorretas**.
- (E) apenas as afirmações II, III e IV são **incorretas**.

24. Tendo em conta a Lei Orgânica do Município de São Paulo, leia as afirmações seguintes:

- I. Após a posse, os Vereadores se reunirão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.
- II. A Mesa da Câmara poderá declarar "ex officio" a perda do mandato do Vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo licenças ou missão autorizada pela Câmara.
- III. Os membros da Mesa serão eleitos para um mandato de um ano, não sendo permitida reeleição.
- IV. No período de recesso, a Câmara não poderá ser extraordinariamente convocada pelo Prefeito.
- V. Perderá o mandato o Vereador investido na função de Secretário Municipal.

Estão **corretas**

- (A) apenas as proposições I e II.
- (B) apenas as proposições I, III e V.
- (C) apenas as proposições II e III.
- (D) apenas as proposições II e IV.
- (E) apenas as proposições I, II e III.

25. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos constitucionais expressos, **EXCETO**:

- (A) julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça.
- (B) cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
- (C) organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal.
- (D) eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até sessenta dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras referentes à eleição em dois turnos no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores.
- (E) posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

26. Os institutos de direito administrativo são informados por diversos princípios. Nessas condições, a "suplência", a "delegação" e a "substituição" são institutos informados pelo

- (A) princípio da impessoalidade.
- (B) princípio da continuidade.
- (C) princípio da autotutela administrativa.
- (D) princípio da especialidade.
- (E) princípio do poder-dever.

27. A Emenda Constitucional 41/2003 procurou enfrentar o problema das distorções do sistema remuneratório no art 37, XI

- (A) estabelecendo um limite diverso para os servidores de cada um dos três Poderes no âmbito estadual.
- (B) fixando num único valor o limite de remuneração para os três Poderes e para as esferas federal, estadual e municipal.
- (C) fixando teto apenas para os servidores que continuam sob o regime remuneratório tradicional, não incluindo os que passam para o regime de subsídio.
- (D) estabelecendo um teto incidente sobre toda a administração direta e indireta.
- (E) fixando teto apenas para os servidores incluídos no regime de subsídio, não abrangendo os servidores sob o regime remuneratório tradicional.



28. A lista final de um concurso público, com os candidatos aprovados e classificados foi publicada com diversos erros, constando candidatos reprovados desde a 1ª fase do concurso.

Decorridos alguns meses após a nomeação e entrada em exercício de todos os nomeados, a Administração descobriu o erro e, de imediato, tornou sem efeito as nomeações e anulou o concurso público. Este procedimento

- (A) está correto, visto que os servidores não eram estáveis.
- (B) está correto, visto ter a Administração o poder de autotutela sobre os próprios atos.
- (C) está incorreto, por ferir o princípio da ampla defesa dos servidores nomeados.
- (D) está incorreto, pois, por se tratar de procedimento de concurso público, a anulação só poderia ocorrer antes da homologação e da nomeação dos candidatos aprovados.
- (E) está incorreto, pois a Administração pode revogar seus atos, a qualquer tempo, por ilegalidade.

29. As alternativas abaixo apresentam as finalidades do sistema de controle interno, a ser exercido de forma integrada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para promover a fiscalização e controle dos orçamentos públicos, havendo uma única **exceção**. Assinale-a.

- (A) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (B) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (D) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (E) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

30. Os atos de improbidade administrativa importarão

- (A) a suspensão dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (B) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário.
- (C) somente na instauração da ação penal cabível, visto que, se configurado o crime, este abrangerá os ilícitos administrativos.
- (D) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (E) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

31. Leia a descrição das seguintes condutas típicas:

- I. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- II. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III. Exigir o funcionário tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- IV. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- V. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

Analisando-se tais condutas, conclui-se que correspondem, **respectivamente**, aos crimes de

- (A) extravio, furto, corrupção passiva, extorsão, peculato.
- (B) furto, apropriação indébita, peculato, excesso de exação, advocacia administrativa.
- (C) prevaricação, concussão, excesso de exação, corrupção passiva, peculato.
- (D) advocacia administrativa, apropriação indébita, excesso de exação, corrupção ativa, furto.
- (E) condescendência criminosa, furto, peculato, advocacia administrativa, concussão.



32. Nos termos da Lei Federal nº 10.028 de 19/10/2000, constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas

- I. deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.
- II. propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- III. realizar operação de crédito por antecipação de receita para atender insuficiência de caixa somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- IV. deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.
- V. realizar despesas com prévio empenho.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) apenas as afirmativas I, II e IV são **corretas**.
- (B) apenas as afirmativas II e III são **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas I, III e IV são **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas III e IV são **corretas**.
- (E) apenas as afirmativas I, II e V são **corretas**.

33. Dentre as principais técnicas de análise de balanços, assinale a alternativa que identifica a análise por meio da qual se faz a comparação entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas em diferentes períodos, constituindo um processo de análise temporal que é desenvolvida por meio de números índices.

- (A) Análise horizontal
- (B) Análise vertical
- (C) Análise por indicadores
- (D) Análise por quocientes
- (E) Análise por diagrama de índices

34. Para fins de elaboração da Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR), o valor do ganho proveniente da alienação de bens do ativo imobilizado deve ser computado como um

- (A) item positivo no grupo das origens de terceiros.
- (B) item negativo no grupo das origens de terceiros.
- (C) item positivo no grupo das origens das operações e negativo no grupo das origens de terceiros.
- (D) item negativo no grupo das origens das operações.
- (E) item positivo no grupo das origens das operações.

35. As principais causas que fazem variar o saldo do grupo patrimônio líquido no balanço patrimonial de uma entidade com fins lucrativos são

- (A) o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital, bem como a constituição de reservas de lucro.
- (B) o resultado obtido pelo confronto entre receitas e despesas do período, bem como o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital.
- (C) o investimento inicial de capital e posteriores incorporações das reservas de lucro, de capital e de reavaliação.
- (D) o resultado obtido pelo confronto entre receitas e despesas do período, bem como o investimento inicial de capital e posteriores incorporações das reservas de capital.
- (E) o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital, bem como as posteriores incorporações das reservas de lucro.

36. Identifique a alternativa que corresponde ao regime contábil para a apuração dos resultados na contabilidade pública brasileira, no que tange às receitas e despesas.

- (A) Misto, ou seja, receitas arrecadadas (regime de caixa) e despesas empenhadas (regime de competência).
- (B) Competência, ou seja, receitas e despesas orçadas.
- (C) Caixa, ou seja, receitas recebidas e despesas pagas.
- (D) Misto, ou seja, receitas arrecadadas (regime de caixa) e despesas orçadas (regime orçamentário).
- (E) Orçamentário, ou seja, receitas e despesas orçadas e legalmente empenhadas.

37. No âmbito da Administração Pública, os estágios da receita pública são, **respectivamente**,

- (A) a previsão (estimativa), o empenho (inclusão no orçamento) e a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte).
- (B) o empenho (inclusão no orçamento), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e a realização (pelo recebimento da receita).
- (C) a previsão (estimativa), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e o recolhimento (pelo crédito na conta de receita proveniente da entrega do produto da arrecadação).
- (D) a dotação (estimativa), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e o empenho (baixa na dotação orçamentária pelo recebimento efetivo da receita arrecadada).
- (E) a previsão (estimativa), o recolhimento dos pagamentos dos contribuintes (pelas repartições fiscais ou rede bancária) e a realização (pelo recebimento da receita).



38. Considerando as demonstrações contábeis elaboradas segundo a Lei 4.320/64 e os sistemas contábeis utilizados na administração pública, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O sistema orçamentário tem dupla finalidade, ele produz o balanço orçamentário e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial e o balanço financeiro.
- (B) O sistema financeiro tem dupla finalidade, ele produz o balanço financeiro e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial e à demonstração das variações patrimoniais.
- (C) O sistema patrimonial tem dupla finalidade, ele produz o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais e alimenta o sistema orçamentário para que este dê origem ao balanço orçamentário.
- (D) O sistema de compensação tem dupla finalidade, ele produz a demonstração das variações patrimoniais e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial.
- (E) O sistema patrimonial tem dupla finalidade, ele produz o balanço patrimonial e alimenta o sistema financeiro para que este dê origem à demonstração das variações patrimoniais.

39. De acordo com a legislação vigente sobre os critérios de classificação orçamentária das despesas públicas, o critério de classificação programática é aquele por meio do qual as despesas públicas são segregadas em

- (A) correntes e de capital.
- (B) funções e subfunções.
- (C) órgãos setoriais e em suas respectivas unidades orçamentárias.
- (D) programas, projetos e atividades, bem como as operações especiais quando efetivamente contribuírem para a consecução dos objetivos dos programas.
- (E) funções, programas, subprogramas, projetos/atividades e subprojetos/subatividades.

40. Para fins de elaboração do Balanço Financeiro de uma entidade pública, assinale a alternativa que evidencia o efeito líquido no caixa da entidade, sabendo-se que: I – a despesa empenhada no ano de 2.001 foi de \$200,00; II – a despesa não paga e inscrita em restos a pagar no ano de 2.001 foi de \$30,00; III – houve o pagamento em 2.001, da despesa inscrita em restos a pagar no ano de 2.000, no valor de \$20,00; e IV – não houve cancelamento das inscrições em restos a pagar.

- (A) Redução de 150.
- (B) Redução de 170.
- (C) Redução de 190.
- (D) Redução de 210.
- (E) Redução de 250.



CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Questões 41 a 47: relativas ao conteúdo da Lei 11.228/92 e Decreto 32.329/92, ou mais conhecido como Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo.

De acordo com a referida Lei Municipal:

Considera-se **possuidor** a pessoa física ou jurídica, bem como seu sucessor a qualquer título, que tenha de fato o exercício pleno ou não do direito de usar o imóvel objeto da obra.

Considera-se **proprietário** do imóvel a pessoa física ou jurídica, portadora do título de propriedade registrado em Cartório de Registro Imobiliário.

Profissional habilitado é o técnico registrado junto ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional, podendo atuar como pessoa física ou como responsável por pessoa jurídica, respeitadas as atribuições e limitações consignadas por aquele organismo.

41. Para os efeitos desta Lei, o possuidor **não** poderá requerer da Prefeitura Municipal de São Paulo

- (A) Ficha Técnica.
- (B) Diretrizes de Projeto.
- (C) Alvará de Alinhamento.
- (D) Alvará de Nivelamento.
- (E) Alteração Física de Projetos.

42. Para os efeitos desta Lei, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A Prefeitura Municipal de São Paulo reconhece o direito de Propriedade de um Imóvel.
- (B) O proprietário do imóvel é responsável pelas informações cadastradas na Prefeitura Municipal de São Paulo relativas ao seu imóvel.
- (C) Quando necessário, a Prefeitura Municipal de São Paulo poderá exigir o Título de Propriedade do Imóvel, registrado em cartório de Registro de Imóveis.
- (D) A veracidade do Título de Propriedade do Imóvel é de responsabilidade do proprietário.
- (E) O proprietário do imóvel é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel.

43. A altura mínima para guarda-corpos de proteção contra queda de pessoas, deverá ser de

- (A) 1,20 m.
- (B) 0,90 m.
- (C) 1,10 m.
- (D) 0,80 m.
- (E) qualquer altura superior a 0,60 m.

44. No que se refere à responsabilidade profissional na execução de uma obra, é **incorreto** afirmar que

- (A) será comunicado ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional a atuação irregular do profissional que incorra em comprovada imperícia, má-fé, ou direção de obra sem os documentos exigidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo.
- (B) é facultada a substituição ou a transferência da responsabilidade profissional, sendo obrigatória em caso de impedimento do técnico atuante, assumindo o novo profissional a responsabilidade pela parte já executada, sem prejuízo da atuação do profissional anterior.
- (C) quando a baixa e a assunção da responsabilidade técnica ocorrerem em épocas distintas, a obra seguirá seu andamento para não haver prejuízos a terceiros.
- (D) a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSF se exime do reconhecimento de direitos autorais ou pessoais decorrentes da aceitação de transferência de responsabilidade técnica ou da solicitação de alteração em projeto.
- (E) o profissional habilitado poderá atuar, individual ou solidariamente, como Autor ou como Dirigente Técnico da Obra, assumindo sua responsabilidade no momento do protocolamento do pedido da licença ou do início dos trabalhos no imóvel.

45. Será obrigatório o fechamento no alinhamento, do canteiro de obras, por alvenaria ou tapume com altura mínima de 2,20m para

- (A) obras de Residências Unifamiliares e de Edifícios Residenciais.
- (B) obras de Residências Unifamiliares e de Edifícios Comerciais.
- (C) obras de Residências Unifamiliares.
- (D) todas as construções exceto Residências Unifamiliares.
- (E) obras de Edifícios Comerciais.

46. O rebaixamento de guias destinado a acesso de veículos em habitações unifamiliares, não poderá exceder a

- (A) 25% (vinte e cinco por cento) da extensão da testada do imóvel.
- (B) 60% (sessenta por cento) da extensão da testada do imóvel.
- (C) 45% (quarenta e cinco por cento) da extensão da testada do imóvel.
- (D) 75% (setenta e cinco por cento) da extensão da testada do imóvel.
- (E) 50% (cinquenta por cento) da extensão da testada do imóvel.



47. Uma edificação será considerada regularmente existente

- (A) quando a área edificada real apresente divergência de, no máximo, 5% (cinco por cento) da área constante no documento utilizado para comprovação de sua regularidade.
- (B) quando a área edificada real apresente divergência de, no máximo, 7,5% (sete e meio por cento) da área constante no documento utilizado para comprovação da regularidade.
- (C) quando a área edificada real apresente divergência de, no máximo, 10% (dez por cento) da área constante no documento utilizado para comprovação da regularidade.
- (D) quando a área edificada real apresente divergência de, no máximo, 2,5% (dois e meio por cento) da área constante no documento utilizado para comprovação da regularidade.
- (E) quando a área edificada real não apresente divergência da área constante no documento utilizado para comprovação da regularidade.

Questões 48 e 49: baseadas na lei 6.766/79, que é a Lei de Uso e Parcelamento de Solo.

48. O parcelamento do solo urbano destinado a edificação, poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento. Dessa forma, é **correto** afirmar que

- (A) não há diferenças entre loteamento e desmembramento.
- (B) no loteamento não há alterações do sistema viário.
- (C) no desmembramento há modificações do sistema viário.
- (D) no loteamento há aberturas de novas vias de circulação.
- (E) nos dois tipos de parcelamento não é possível modificar o sistema viário.

49. Em uma área a ser loteada, foram previstos 560 lotes residenciais. Pode-se afirmar que as dimensões mínimas são:

- (A) 5m de frente e 125 m² de área do lote.
- (B) 5m de frente e 150 m² de área do lote.
- (C) 6m de frente e 125 m² de área do lote.
- (D) 6m de frente e 150 m² de área do lote.
- (E) Não há limitações para o projeto em questão.

Questões 50 a 62: baseadas em conceitos específicos de engenharia.

Para responder às questões 50 e 51, fundamente-se nas informações seguintes:

O relatório de sondagem de um terreno, onde se pretende implantar um edifício, apresentou as seguintes características das camadas subjacentes:

- Solo argiloso mole até cota -3,50m sem capacidade de absorção de cargas;
- Solo arenoso de -3,50m a -8,50m com capacidade pequena de absorção de cargas;
- Solo silto arenoso médio a rijo de -8,50m a -30,00m com grande capacidade de absorção de cargas e lençol freático de -0,30m.

A cota de implantação da edificação na cota é 0,00m e as cargas nos pilares são da ordem de 1.200 kN.

50. O tipo de fundação mais indicada é

- (A) sapata corrida.
- (B) sapata isolada.
- (C) broca manual cujo comprimento máximo não deve superar 4 m.
- (D) estaca escavada mecanicamente.
- (E) estaca pré-moldada.

51. A justificativa técnica para o tipo de fundação a ser escolhida se deve ao fato de(a)

- (A) haver necessidade de escavação mecânica pela impossibilidade de fazer manualmente.
- (B) presença de solo mole e facilidade de execução de brocas manuais.
- (C) podermos executar uma fundação rasa.
- (D) o solo superficial suportar bem as cargas.
- (E) o nível de água ser superficial e o solo adequado para cravação de estacas.

52. Ao se projetar uma edificação para fins residenciais em São Paulo, pode-se afirmar que

- (A) não é preciso haver preocupação com a insolação do projeto.
- (B) os dormitórios devem ter janelas voltadas para faces ensolaradas.
- (C) obrigatoriamente os dormitórios devem ficar voltados para o sul.
- (D) não existe qualquer exigência a respeito de insolação.
- (E) necessariamente a cozinha e a área de serviços devem ficar voltadas para o sul.



As informações seguintes servirão de base para responder às questões 53 e 54:

Considere uma viga simplesmente apoiada, de secção constante, com 4,0m de vão entre apoios, com peso próprio de 20 kN/m. Pergunta-se:

53. O Momento Fletor devido ao peso próprio é de

- (A) 60,0 MPam.
- (B) 80,0 kNm.
- (C) 40,0 kNm.
- (D) 80,0 MPam
- (E) 60,0 kNm.

54. A reação nos apoios devido ao peso próprio é de

- (A) 10,0 kN.
- (B) 20,0 kN.
- (C) 30,0 kN.
- (D) 40,0 kN.
- (E) 50,0 kN.

55. Durante a execução de pavimentação asfáltica, o projeto determina grau de compactação de 95% do Proctor Normal onde houver necessidade de aterro para preparo das caixas.

Após ensaios em laboratório para definição dos parâmetros necessários para atender esta exigência, pode-se dizer que é necessário

- I. controlar o teor de umidade do solo a ser utilizado.
- II. controlar a energia de compactação do solo.
- III. controlar a espessura de camada do solo a ser compactado.

Analisando-se as proposições acima, conclui-se que

- (A) está **correta** apenas a proposição I.
- (B) estão **corretas** apenas as proposições I e III.
- (C) estão **corretas** apenas as proposições II e III.
- (D) todas as proposições estão **corretas**.
- (E) todas as proposições estão **incorretas**.

56. Relativamente a muros de contenção ou muros de arrimo, podem ser classificados em:

- (A) Os muros do tipo gabião como muros à flexão.
- (B) Os muros mistos de concreto e blocos como muros de gravidade.
- (C) Os muros do tipo concreto armado como muros à flexão.
- (D) Os muros do tipo concreto armado como muros de gravidade.
- (E) Os muros do tipo gabião como muros à flexo-tração.

57. A preconização do material brita graduada simples (BGS) vem substituindo gradativamente o material denominado de macadame hidráulico nas camadas de base dos pavimentos urbanos. Um dos fatores de sua utilização está associado à facilidade de produção, aplicação e desempenho como elemento transmissor das tensões às camadas subjacentes. No entanto, sabe-se que seu desempenho está associado ao controle tecnológico que deve atender rigidamente às normas técnicas.

Assim, assinale a alternativa **correta** com respeito a ensaios usuais de controle tecnológico na produção/execução de camada de base de pavimento constituída desse material.

- (A) Teor de umidade, granulometria, teor de betume;
- (B) Índice de suporte Califórnia, equivalente de areia, granulometria;
- (C) Abrasão Los Angeles, compactação Proctor, taxa de betume;
- (D) Equivalente areia, limite de plasticidade dos finos, compactação Proctor;
- (E) Limite de liquidez dos finos, ponto de fulgor, grau de compactação.

58. Observando as ferramentas de planejamento para execução de uma obra com diversas atividades, pode-se afirmar que

- (A) é possível elaborar um cronograma financeiro sem o físico.
- (B) o gráfico de Gantt determina o caminho crítico do processo.
- (C) a planilha de orçamento contempla o início e o fim das atividades.
- (D) o gráfico Pert-CPM determina o caminho crítico do processo.
- (E) o gráfico de Gantt e Pert-CPM determinam o caminho crítico do processo.

59. Tendo como referência uma residência unifamiliar de 65 m², padrão popular, com 1 banheiro, 2 dormitórios, 1 sala, 1 cozinha e um pequeno quintal descoberto, vale dizer que para as ligações de esgoto e águas pluviais da residência

- (A) na ligação de esgoto deve-se conectar somente os banheiros.
- (B) na ligação de esgoto deve-se conectar somente a cozinha.
- (C) na ligação de esgoto deve-se conectar os banheiros, a cozinha e o quintal.
- (D) na ligação de esgoto deve-se conectar o ramal de águas pluviais e os banheiros.
- (E) não se pode ligar o ralo de águas pluviais do quintal no ramal de esgotos.



60. A impermeabilização de respaldo de fundação utilizada até hoje, tem como principal objetivo
- (A) isolar a fundação da alvenaria por motivos térmicos.
 - (B) evitar que precipitações pluviométricas prejudiquem as fundações.
 - (C) nivelar as fundações para início das alvenarias.
 - (D) proteger as alvenarias contra fungos e cupins.
 - (E) evitar que haja umidade nas alvenarias por capilaridade.

Dados para as questões de números 61 e 62:

Considere uma edificação de 3 (três) pavimentos em alvenaria estrutural composta por blocos de concreto e lajes de concreto armado moldadas "in loco".

61. A espessura mínima das paredes estruturais exigida pela Norma Brasileira é de
- (A) 7 cm.
 - (B) 9 cm.
 - (C) 12 cm.
 - (D) 14 cm.
 - (E) 20 cm.

62. O encunhamento das paredes não estruturais ou de vedação deve ser executado
- (A) antes de concretar as lajes.
 - (B) após a concretagem das lajes e antes da retirada das formas das lajes.
 - (C) após a concretagem das lajes e após a retirada das formas das lajes, mas antes da retirada das escoras verticais (cimbramentos).
 - (D) após a cura das lajes e sempre dos andares superiores para os inferiores.
 - (E) após a cura das lajes e sempre dos andares inferiores para os superiores.

63. As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo, discriminadas no Artigo 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere, excetuando-se:
- (A) em projeto de obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais;
 - (B) em estudos, projetos, perícias e pareceres;
 - (C) na fiscalização de obras e serviços técnicos;
 - (D) na produção técnica especializada, industrial ou agropecuária;
 - (E) comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada.

64. Segundo a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências, é considerado exercício ilegal da profissão:

- (A) qualquer profissional estrangeiro com seus títulos registrados temporariamente, sem a necessidade de manter junto a ele um assistente brasileiro do respectivo ramo profissional;
- (B) alteração por profissional habilitado em projeto de autoria de outro profissional que esteja impedido ou tenha se recusado a fazê-lo, comprovada a solicitação;
- (C) o profissional com diploma ainda não registrado, desde que em processamento na repartição federal competente, mediante registro provisório no Conselho Regional em que atua;
- (D) o profissional que realiza avaliações e divulgação técnica;
- (E) o profissional habilitado nomear um preposto a acompanhar a execução da obra.

65. A RESOLUÇÃO nº 001, de 23 de janeiro de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA é muito clara nas suas ações quanto à determinação dos estudos de impacto ambiental em relação às esferas de poderes, quer seja, Estadual, Municipal ou o próprio IBAMA, no que concerne à fixação das diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.

O estudo das atividades técnicas na fase de *Diagnóstico* de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, deverá considerar no mínimo:

- (A) as medidas mitigadoras dos impactos negativos, o meio biológico, os ecossistemas naturais.
- (B) o meio físico, o meio biológico e os ecossistemas naturais, o meio sócio-econômico.
- (C) os impactos temporários e permanentes, o meio sócio-econômico, as medidas mitigadoras dos impactos negativos.
- (D) os prováveis impactos relevantes, o meio biológico, tempo de incidência dos impactos.
- (E) tempo de incidência dos impactos, os impactos positivos e negativos, as análises de laboratório.



66. De acordo com a LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as unidades de conservação integrantes do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- I. Unidades de Proteção Integral;
- II. Unidades de Uso Sustentável.

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei.

O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

- (A) Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
- (B) Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Parque Nacional, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- (C) Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- (D) Reserva Biológica, Refúgio de Vida Silvestre, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- (E) Estação Ecológica, Reserva Biológica, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

67. Conforme RESOLUÇÃO nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, o procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

- I. Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;
- II. Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;
- III. Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

- IV. Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- V. Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;
- VI. Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- VII. Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;
- VIII. Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente,

- (A) a certidão do CONAMA, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.
- (B) a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.
- (C) a certidão do CONAMA e da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.
- (D) a certidão do CONAMA, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pela Prefeitura Municipal.
- (E) a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pela mesma Prefeitura.



68. A Lei nº 9.605, de 12.01.98, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Para os crimes contra a administração ambiental a pena é de reclusão ou detenção, conforme o caso, de um a três anos e multa, **exceto** no caso de:

- (A) o funcionário público conceder licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público, se crime doloso;
- (B) deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental se o crime for culposos;
- (C) o funcionário público omitir a verdade ou sonegar informações em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental;
- (D) obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais;
- (E) o funcionário público sonegar dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental.

69. A Lei 9.605/98 prevê a aplicação de penas às infrações ao meio ambiente. Considerando-a, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente: 30 anos de detenção, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.
- (B) Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente: detenção, de quinze a 20 anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.
- (C) Provocar incêndio em mata ou floresta: reclusão de dez a vinte anos e multa.
- (D) Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação: detenção de três meses a um ano e multa.
- (E) Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente: detenção perpétua e multa.

70. Considere a Lei 9605/98, para responder à questão.

Infrações:

- I. tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;
- II. causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;
- III. causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;
- IV. dificultar ou impedir o uso público das praias;
- V. lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

Pode-se afirmar que a penalidade para as infrações acima será de

- (A) reclusão de 1 a 5 anos.
- (B) detenção de 1 a 5 anos.
- (C) reclusão de 6 meses a 1 ano.
- (D) detenção de 6 meses a 1 ano.
- (E) aplicação de multa.

